

A Amazônia cobijada: conflitos pela terra no Amapá (década de 1990)

The coveted Amazon: conflicts over lands in Amapá (1990's)

Higor Pereira*

Resumo

No segundo quinquênio da década de 1990, a empresa norte-americana Champion Papers Inc. iniciou, no estado do Amapá, as tratativas para a implantação de um megaempreendimento de produção de papel e celulose. Para viabilizar o "Projeto Amapá", a empresa adquiriu extensas faixas de terra em vários municípios amapaenses. Nesse processo de compra, várias irregularidades foram cometidas, incluindo a prática de grilagem e a expulsão de camponeses. A partir da análise de artigos de jornais, materiais produzidos pela empresa, depoimentos coletados à época com camponeses expulsos e outros documentos, o presente artigo objetiva analisar os conflitos decorrentes do processo de instalação da Champion Papers no Amapá. Ao fim, inferimos que, apesar do amplo apoio recebido pela empresa de políticos locais e da mídia, a organização dos camponeses, com apoio da Comissão Pastoral da Terra, foi fundamental para que conseguissem retomar a terra que haviam perdido.

Palavras-chave: Conflitos pela terra; Amapá; grandes projetos

Abstract

In the second five-year period of the 1990s, the U.S. company Champion Papers Inc. began, in the Amapá's state, the negotiations for the large project's implementation of paper and pulp production. To make the "Projeto Amapá" possible, the company acquired an extensive land strips in several municipalities of Amapá. In this purchase process, numerous irregularities were committed, including the practice of land grabbing and the expulsion of peasants. From the analysis of newspaper articles, materials produced by the company, testimonials collected at the time with expelled peasants and other documents, this article aims to analyze the conflicts arising from the installation's process of the Champion Papers in the Amapá. In the end, we inferred that, despite the broad support received by the company of local politicians and the media, the organization of peasants, with the support of the Comissão Pastoral da Terra, was fundamental for them to be able to retake the land they had lost.

Keywords: Conflicts over lands; Amapá; large projects

* Mestrando em História (PPGH/Unifap). Licenciado em História pela Universidade Federal do Amapá. Agente de pastoral da Comissão Pastoral da Terra. Pesquisador do Laboratório de Estudos da História Social do Trabalho na Amazônia (Lehstam/Unifap).

Introdução

Era comum, no final da década de 1950, que alguns homens e mulheres se esgueirassem para caçar pela região do piquiazal – onde hoje se encontra o Projeto de Assentamento (PA) Piquiá, no município de Amapá, no estado de mesmo nome localizado no extremo norte do Brasil. A caça, encontrada ali em abundância, foi um fator decisivo para que, no início da década seguinte, Roseno Nascimento, camponês que vivia junto a sua família nas margens de algum igarapé do município de Amapá, resolvesse convidar seus compadres e comadres para abrir uma colônia no piquiazal, que inicialmente contaria com cinco famílias. Quando ali chegaram, não havia nada. A terra, àquele momento, era “livre”, não tinha dono. Homens, mulheres e crianças, de posse de machados, derrubaram as árvores para abrir os primeiros roçados. A ideia de infância, para esse grupo, não excluía o trabalho: aprender desde cedo a pescar, caçar, abrir roça e plantar era necessário para ajudar no sustento da família. A grande quantidade de crianças, nesse sentido, não era visto como um estorvo, pelo contrário: mais gente, mais trabalho sendo executado. Homens e mulheres exerciam as mesmas atividades, sobretudo no começo: ambos caçavam, ambos abriam os roçados, ambos pescavam. Parece, todavia, que algumas poucas funções cabiam mais frequentemente a um ou a outro: ir de pés, carregando 30kg de farinha nas costas até a cidade de Amapá para vender cabia sobretudo aos homens; fazer a farinha, às mulheres. Mas, essa divisão da labuta cotidiana era muito tênue e, conforme a ocasião, nem mesmo existia.

O constante intercâmbio com outros camponeses da região trouxe consigo a ampliação da colônia. Várias famílias das áreas do entorno migraram para o Piquiá nos meses e anos que se seguiram. Logo havia bem mais do que as cinco famílias pioneiras. Entretanto, conservava-se uma sociabilidade baseada na solidariedade. No Piquiá, a sobrevivência de um dependia da de todos. Desde a construção dos barracos até o início dos roçados era tudo fruto de trabalho em conjunto, do que comumente concebemos como *mutirão*.¹ Sob o forte sol, aqueles que porventura passassem pelo roçado de outros e estivessem com fome poderiam ali saciá-la à vontade. Cabia depois, porém, o aviso: “tirei um abacaxi lá da tua roça”, o que sempre vinha acompanhado da resposta: “pois tá bom”, indicando que aí não havia problema algum. Essa cotidiana prática da partilha e da reciprocidade tornava menos penosa a sobrevivência. As moradias que se encontravam no caminho entre a roça e a casa configuravam-se como paradas obrigatórias para que ali se compartilhasse um cafezinho passado na hora e acompanhado de bolachas e conversas. Quando um *xerimbabo*² era morto, todos eram chamados a comer; não

¹ Prática extremamente comum em comunidades camponesas e também em bairros periféricos de cidades, nos quais a assistência estatal é mínima. Uma descrição clássica pode ser encontrada em Candido (2003, p. 88).

² Animal criado pela família a fim de servir de alimento.

havia energia elétrica e geladeira para armazenar,³ portanto cada qual levava o seu pedaço e assim mantinham-se vivos e bem, alimentando não apenas o corpo, mas também a rede de solidariedade.⁴

Esse modo de vida pacato, baseado na solidariedade horizontal,⁵ sofreu forte impacto, décadas depois, com a chegada ao Amapá da empresa norte-americana Champion Papers Inc.⁶ Uma das maiores companhias, à época, nos ramos de produção de papel e celulose, a Champion pretendia expandir suas atividades na América Latina – onde já atuava desde 1959 no estado de São Paulo e, desde a década de 1980 em Mato Grosso do Sul – no segundo quinquênio da década de 1990. O Amapá foi escolhido, dentre outros fatores, por conta da privilegiada localização geográfica, situada nas proximidades de mercados consumidores na América do Norte e Europa. No entanto, várias foram as irregularidades no processo pelo qual essa empresa adquiriu terras nessa nova empreitada. O objetivo do presente texto, portanto, é analisar os conflitos e o impacto da chegada da Champion Papers no modo de vida de camponeses como aqueles anteriormente apresentados. O texto se dividirá em três partes: na primeira, apresentaremos o projeto que se pretendia implantar no estado. Na segunda, analisaremos as irregularidades cometidas pela empresa na compra das terras e a formação do latifúndio “Fazenda Itapoã”. Por último, demonstraremos os impactos causados pelo projeto na vida dos camponeses, além dos conflitos e da resistência que daí decorreram.

³ De forma geral, a conservação era feita a partir da salga dos alimentos, único método disponível e bastante eficiente nas condições em que viviam.

⁴ As informações contidas nos dois primeiros parágrafos foram extraídas por meio de entrevista cedida ao autor por Miguel Oliveira de Lima, de 83 anos e Leonor Nogueira de Lima, de 71 anos, realizada no dia 22 de abril de 2018, na residência dos entrevistados localizada na agrovila do assentamento do Piquiá, no município de Amapá. Miguel e Leonor vivem no Piquiá desde o início da colônia, sendo filhos de dois dos cinco casais pioneiros. São casados há quase 60 anos, casamento do qual vieram oito filhos que, segundo Leonor, foram todos “feitos, nascidos e criados” no Piquiá.

⁵ O conceito de *solidariedade horizontal* é aqui utilizado no mesmo sentido dado por Sidney Lobato (2019) em seu estudo sobre os moradores da cidade de Macapá quando da sua transformação em capital do Território Federal do Amapá em 1944. Para esse historiador, as constantes migrações para a cidade, somadas a um quadro de insegurança estrutural que não lhes garantia condições de sobrevivência, foram aspectos fundamentais para que se elaborasse ali uma sociabilidade com base na solidariedade entre os cidadãos.

⁶ As reflexões sobre as disputas pela terra aqui feitas se valem dos debates promovidos por historiadores, sociólogos e geógrafos, especialmente aqueles que se debruçaram sobre esses embates na Amazônia. Destacamos os trabalhos de Martins (2009 e 2011), Velho (1979), Ianni (1981), Pereira (2015), Chaves (2015), Souza (1996) e Raiol (1992). Essa historiografia, de matiz marxista, estabelece a *fronteira* como categoria central de análise, ainda que sob perspectivas diferentes. Pode-se dizer, no entanto, que há um consenso em torno das razões para o agravamento da violência no campo na Amazônia, que se deve ao avanço do capitalismo na região, sobretudo durante a ditadura militar (permanecendo forte também no período posterior, conforme veremos neste estudo), com o apoio do Estado. Esse avanço provocou conflitos que violentaram de diversos modos as populações camponesas e indígenas amazônicas. Isso ensejou, de outro lado, o surgimento e fortalecimento de setores progressistas da Igreja Católica, que passaram a atuar ao lado das populações vitimadas pelo avanço da fronteira, provocando-as a se organizar para resistirem.

A Champion/Chamflora e o “Projeto Amapá”

Nos últimos 60 anos o Amapá tem sido frequentado por grandes projetos econômicos, capitaneados por grupos empresariais multimilionários, nacionais e internacionais. Logo na década seguinte ao seu desmembramento do Pará (1943), instalou-se ali o primeiro e mais duradouro empreendimento de mineração da história da Amazônia: o projeto Icomi (PAZ, 2014; NUNES, 2014). Durante a ditadura militar, novas e robustas frentes de exploração conduziram a economia da região, tendo como exemplos mais significativos os projetos Jari e Amcel, instalados em 1967 e 1979, respectivamente (PINTO, 1986; RAIOL, 1992). Mesmo com a estadualização (1988), as políticas de desenvolvimento permaneceram alinhadas aos grandes projetos. No segundo quinquênio da década de 1990, inspirado pelos debates internacionais sobre desenvolvimento com sustentabilidade, o governador João Alberto Capiberibe (PSB) estabeleceu como programa de governo o PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá). Essa proposta, pioneira no país, colocava como parceiros prioritários para a dinamização da economia amapaense não mais os megaempreendimentos, mas sim os trabalhadores extrativistas, agricultores, pescadores etc., numa política de valorização dos arranjos produtivos locais, a partir do uso dos recursos naturais de modo racional e sustentável, evitando-se a degradação ambiental (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1995). Essa política, no entanto, entrou em conflito com o modelo de desenvolvimento proposto pela Chamflora Amapá Agroflorestal, subsidiária da Champion Papers, que iniciou as tratativas para implantar seu “Projeto Amapá” no primeiro ano de mandato de Capiberibe.

A Champion Papers Inc., empresa norte-americana dos ramos de papel e celulose, chegou ao Brasil em 1959, mais especificamente no município de Mogi Guaçu, no estado de São Paulo.⁷ Ali, atuando com o nome de Champion Papel e Celulose Ltda., instalou uma fábrica de celulose que atendia o mercado nacional e, sobretudo, internacional (CHAMFLORA AMPÁ AGROFLORESTAL, 1995a, p. 11). No final da década de 1980, a empresa expandiu seus negócios no país ao adquirir terras no estado de Mato Grosso do Sul. Em dezembro de 1994, após longos estudos que levaram em conta países da América Central e outras regiões brasileiras, a multinacional decidiu continuar sua expansão optando pelo recém-criado estado do Amapá. Naquele momento, a empresa detinha 63.500 hectares de eucalipto plantados nos dois estados em que já atuava, contando com a mão de obra de aproximadamente três mil funcionários no país. No número 87 do periódico *Folha do Amapá*, jornal que se mostrou simpático ao projeto, o articulista, editor e fundador Elson Martins, trouxe aos leitores outras

⁷ As atividades da empresa, porém, foram iniciadas em 1960.

informações sobre a atuação da Champion em âmbito internacional. Num quadro posicionado no canto inferior esquerdo da página se lia uma nota sobre a história da empresa. O texto afirmava que se tratava da maior indústria de papel e celulose do mundo àquela época, com 11 fábricas nos Estados Unidos, 4 no Canadá e 1 no Brasil, totalizando aproximadamente 30 mil funcionários (MARTINS, 1995).

Tendo em vista a Lei Federal Nº 5.079/71, regulamentada pelo Decreto Nº 74.965/74,⁸ a Champion, a fim de conseguir viabilizar sua instalação no Amapá, criou outras duas empresas subsidiárias: Empreendimentos Agrícolas Mogi Guaçu Ltda. e Chamflora Amapá Agroflorestal Ltda., nas quais era sócia quotista, dividindo as ações com alguns empresários brasileiros.⁹ A Chamflora é quem seria responsável pelo empreendimento que se pretendia implantar no estado. Em agosto de 1995, fora divulgado o primeiro documento referente ao “Projeto Amapá”, tratava-se do *Projeto de Florestamento*. Em dezembro, foi a vez do *Projeto Industrial*. Os dois seriam postos em prática já no ano subsequente (1996) e funcionariam em associação: o primeiro com o plantio do eucalipto e o segundo com a fábrica de cavacos para a produção de celulose.

O *Projeto de Florestamento*, proposto pela Chamflora no mês de agosto de 1995, apresentava as ambiciosas pretensões da empresa. Abrangendo diretamente, nesse primeiro momento, três municípios do estado (Amapá, Tartarugalzinho e Ferreira Gomes), planejava-se, no prazo de 10 anos, atingir o montante de 100.000 hectares de terras com plantio de eucalipto. No *Projeto Industrial*, documento divulgado no mês de dezembro de 1995, não mais apareciam apenas Amapá, Tartarugalzinho e Ferreira Gomes como municípios diretamente “beneficiados” pela empresa. Acrescentou-se Calçoene e o termo “outros adjacentes” (CHAMFLORA AMAPÁ AGROFLORESTAL, 1995b, n.p.). Em abril de 1996, na ocasião em que houve a divulgação do EIA/RIMA, além dos já mencionados, adicionou-se Pracuúba, Cutias, Macapá e Porto Grande, que também receberiam áreas com plantio de eucalipto (STCP ENGENHARIA, 1996, p. 2.1). Tem-se, no entanto, que levar em conta que a empresa pretendia obter aproximadamente 300.000 hectares no estado, dos quais, segundo a própria, dois terços seriam destinados a áreas de preservação permanente (LIMA; PORTO, 2008, n.p.).

Ao tentar justificar a importância da silvicultura para o desenvolvimento socioeconômico estadual, o documento de apresentação do *Projeto de Florestamento* colocava em cheque os modelos de ocupação e de produção então vigentes. Nessa perspectiva, a empresa afirmara que “conhece perfeitamente o atual sistema de produção existente na área de influência do programa, o qual é baseado quase que exclusivamente no extrativismo vegetal e mineral”. Alegava que

⁸ Essa legislação dispõe sobre pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras que queiram adquirir imóveis rurais no Brasil. Dentre outras disposições, a Champion, por ter capital estrangeiro, não poderia ser proprietária de áreas superiores a 10% da superfície total dos municípios nos quais atuasse, irregularidade que a empresa cometeu no Amapá.

⁹ Para atuar em Mato Grosso do Sul, a empresa já havia criado outra subsidiária, a Chamflora Agroflorestal Ltda.

desse sistema de produção que ali vigorava não se extraíam grandes frutos para o desenvolvimento do estado e dos municípios. Converte a isso também a argumentação referente à agricultura, nas palavras da empresa: “A produção agrícola obedece ao esquema de cultivo onde a mão de obra familiar representa praticamente toda a carga de trabalho, e os resultados obtidos nesses cultivos estão destinados principalmente à subsistência dessas famílias” (CHAMFLORA AMAPÁ AGROFLORESTAL, 1995a, p. 92).

Fica claro que uma das estratégias da Chamflora para convencer as autoridades locais e a sociedade era apresentar um contraste entre o que havia no momento e o que poderia vir a partir da implantação do “Projeto Amapá”. As promessas de desenvolvimento e progresso ganhavam maior estofamento argumentativo quando o assunto era a geração de postos de trabalho e receita para os municípios. A viabilidade da proposta apresentada em agosto desdobrava-se em duas justificativas principais, derivadas dessa ótica:

1. Justificativa econômica: evolução do mercado mundial de produtos florestais; potencialidade da produção florestal na região tropical; grande crescimento do gênero *Eucalyptus* no Brasil associado ao domínio tecnológico do cultivo deste gênero; proximidade com os mercados consumidores e disponibilidade de terras aptas ao cultivo desse gênero florestal.
2. Justificativa social: inserção de terras com baixo índice de ocupação no processo produtivo; atividade com grande resposta social a partir da geração de empregos diretos e indiretos e sobretudo pelo aumento da receita dos municípios da área de influência, dinamizando a economia (CHAMFLORA AMAPÁ AGROFLORESTAL, 1995a, p. 06).

Tal discurso foi rapidamente absorvido por políticos locais, dentre eles os prefeitos de Tartarugalzinho e Amapá, Almir Resende e Américo Távora, respectivamente. Em sessão ocorrida no dia 05 de setembro de 1995, na Assembleia Legislativa do estado, os dois gestores municipais foram convidados a se pronunciar na plenária. Segundo o articulista do semanário *Folha do Amapá*, Marco Antônio Gonsalves, o pronunciamento dos dois foi fortemente favorável à empresa. Resende chegou a afirmar que, nos 15 anos em que morava em Tartarugalzinho, a única coisa que testemunhou no cerrado (área em que ocorreria o plantio do eucalipto pela Chamflora) foram incêndios. Já Américo Távora, “filho do Amapá”, tratou de negar veementemente as denúncias que estavam surgindo naquele momento de que os pequenos agricultores do município estariam sendo “pressionados para vender os seus sítios”. Nas palavras do próprio: “Não temos conflitos de terra por lá” (GONÇALVES, 1995).

Prometendo gerar mais de 2.000 empregos diretos apenas no florestamento e mais algumas centenas na área industrial, a empresa se propôs a arremeter a mão de obra nos próprios municípios nos quais atuaria, resguardando-se o direito de recorrer a trabalhadores de fora quando necessário fosse. Esses postos de trabalho estariam divididos em atividades como as de plantio, colheita, transporte e administração, nas áreas de florestamento, na fábrica de

cavacos e no porto.¹⁰ A maior parte da mão de obra do *Projeto de Florestamento*, cerca de 95,45%, seria alocada no trabalho mais “braçal”: o de plantio, manutenção, colheita e transporte do eucalipto. Para isso, seria necessária uma quantidade quase que duas vezes maior de trabalhadores “rurais” em relação aos “urbanos operacionais”, classificação indicada nos documentos. É possível supor que os próprios camponeses, que estavam sendo expropriados de suas terras, atenderiam a essa demanda de trabalhadores rurais.¹¹

Em relação aos trabalhadores que atuariam no *Projeto Industrial*, a empresa dividi-los-ia em três grandes frentes de atuação: 1- na fábrica em si, na qual produziram os cavacos; 2- no transporte dos cavacos da fábrica ao porto e 3- no transporte do porto para os mercados nacionais e/ou internacionais. No esquema montado para o funcionamento do *Projeto Industrial*, os trabalhadores “operacionais” corresponderiam à maior parte: cerca de 75,42%, sendo responsáveis por toda a movimentação dos cavacos da fábrica até os mercados consumidores, assim como pela estocagem e pela manutenção de equipamentos e veículos. O quadro administrativo, composto de 44 funcionários divididos entre os cargos de administração e gerenciamento, provavelmente seria constituído por profissionais com alguma qualificação para atuação nessas áreas. Os demais poderiam ser capacitados no Centro de Treinamento, localizado em Tartarugalzinho, que fazia parte do planejamento de construção de infraestrutura da empresa. Somando todos os empregos diretos que foram estimados nos dois projetos, os trabalhadores do florestamento corresponderiam a 92% do total de 2.239, enquanto que os 179 do projeto industrial formariam apenas os demais 8% dos postos de trabalho.

A construção do latifúndio da Champion Papers no Amapá

A primeira barreira para a implantação de qualquer grande empreendimento de capital estrangeiro no Brasil é a legislação de terras vigente. A Lei Federal Nº 5.079/71, regulamentada pelo Decreto Nº 74.965/74, colocou para a Champion Papers Inc. um problema: se quisesse adquirir e explorar uma área como a pretendida no Amapá, de 100.000 hectares (ignorando os outros 200.000 que a empresa dizia que seriam destinados a áreas de reserva legal), teria que ter autorização do Congresso Nacional, o que não viria tão facilmente e poderia levar bastante tempo. A estratégia utilizada então foi criar empresas brasileiras, com sede e capital nacionais. Dessa forma é que surgem a Empreendimentos Agrícolas Mogi Guaçu Ltda. e a Chamflora Amapá Agroflorestal Ltda.

A Empreendimentos Mogi Guaçu, segundo rezava o seu contrato social, possuía um capital de R\$ 1.400,00. As quotas estavam divididas entre seis sócios: cinco dos quais eram

¹⁰ Para a viabilização do projeto, a Champion Papers pretendia construir uma enorme infraestrutura nas proximidades das áreas de plantio, com habitações, áreas de lazer, ambulatórios e escolas. Além disso, prometia construir um centro de treinamento em Tartarugalzinho e uma sede administrativa na cidade de Macapá.

¹¹ Nas negociações com os camponeses no momento da compra das terras, era comum a oferta de emprego na empresa.

empresários brasileiros,¹² cada qual participando da empresa com o valor de R\$ 154,00 (o que totalizava 55% da sociedade) e o sexto era a própria Champion Papers Inc., com participação no valor de R\$ 630,00 (equivalendo aos demais 45%). Apesar do pouco dinheiro, segundo aponta o Relatório Final da CPI das Terras de 2004 da Assembleia Legislativa do Amapá, a empresa adquiriu, em 1995, cerca de 143.000 hectares com documentação e mais 77.000 hectares de posses em vários municípios amapaenses. Por outro lado, a Chamflora Amapá Agroflorestal possuía um capital de R\$100 mil com apenas dois sócios quotistas: a Champion Papel e Celulose Ltda., com R\$ 80 mil e a Chamflora Agrícola Ltda., com os outros R\$ 20 mil.

Entre 1995 e 1996, as empresas passaram por constantes modificações nos seus contratos sociais, visando burlar a legislação de terras então vigente. Em março de 1996, após ter adquirido mais de 200.000 hectares de terras, a Empreendimentos Mogi Guaçu entrou como sócia quotista na Chamflora Amapá Agroflorestal, trazendo consigo o capital de R\$ 14 milhões. Logo após, saiu da sociedade e cedeu suas quotas para a Champion Papel e Celulose, a exemplo do que fizera a Chamflora Agrícola Ltda. Esse esquema repetiu-se mais uma vez, quando a Empreendimentos Mogi Guaçu adquiriu mais imóveis rurais nos meses seguintes. Dessa forma, a Champion Papers Inc., sendo estrangeira e sócia majoritária da Champion Papel e Celulose, passou a ser também dona indireta da Chamflora Amapá Agroflorestal, detendo quase que 100% das ações (GALLAZZI, 2004). O capital social da empresa ficou assim dividido:

Quadro: Capital social da Chamflora Amapá Agroflorestal Ltda. em 1996, após a 5ª alteração do contrato social

Sócios quotistas	Valor de participação em R\$
Champion Papel e Celulose	35.821.997,00
Odair Alonso Garcia	1,00
José Marcos Vettorato	1,00
Benedito Vanderlei Madruga	1,00

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAPÁ. *Relatório Final da CPI das terras*. Macapá, 2004, p. 39.

Os quase R\$ 36 milhões, pertencentes à Champion Papel e Celulose, apareceram apenas na quinta modificação do contrato social. Até então, o valor total não chegava a R\$ 16 milhões. Os outros três nomes que aparecem juntos com a participação de apenas três reais, além de sócios, compunham a diretoria das empresas. Dessa forma, o que se constituiu foi um grande esquema que colocava a Empreendimentos Mogi Guaçu na posição de mera “testa de ferro”: adquiria as terras, mas as repassava logo em seguida para a Champion Papel e Celulose. Deste modo, aproveitando-se de manobras burocráticas, uma empresa estrangeira construiu um enorme latifúndio no Amapá. Mas, as irregularidades eram muito maiores: as terras que eram

¹² Todos envolvidos diretamente com a Champion Papel e Celulose em São Paulo, ocupando cargos da diretoria ou outros similares.

objeto desse esquema foram compradas à base de grilagens, ameaças e mentiras, fazendo com que muitos camponeses perdessem suas posses por medo: ora de morrerem, a exemplo do que ocorreu com a família Magave;¹³ ora de serem expulsos sem qualquer indenização.

Ao mesmo tempo em que estabelecia um diálogo com vários setores da sociedade amapaense (marcadamente com políticos e membros da mídia),¹⁴ a fim de criar um consenso sobre a importância de seu empreendimento para o desenvolvimento econômico e social do Amapá, a Champion “negociava” enormes quantidades de terras pelos interiores do estado. Essas negociações, no entanto, não eram feitas diretamente pela empresa. Surge aí um importante sujeito social típico da fronteira: o “testa de ferro”. A ele, assim como ao jagunço (ou pistoleiro), cabe o contato mais direto com os camponeses. É o mediador, aquele que se expõe, mas presta um serviço àqueloutro, que, por alguma razão (quase sempre para proteger-se da Justiça) permanece no escuro.

No caso específico da Fazenda Itapoã, localizada no município de Amapá, as negociações se iniciaram em maio de 1995: João Roberto Gomes Bragança adquiriu da empresa Proconsult (Projeto Consultoria e Construção Ltda.) nove terrenos localizados nesse município, pelos quais pagou R\$ 800 mil. De outro vendedor, o Sr. José Luiz Schuchovski, João adquiriu mais um terreno, este de 1.500 hectares, pelo qual desembolsou R\$ 130 mil. Essas duas compras ocorreram no dia 25 daquele mês, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná. Três semanas depois, no dia 19 de junho, ocorreu uma última compra: João Roberto adquiriu de Geraldo Pinto Silva e Moacyr Cordeiro Girund um terreno de 4.313,7 hectares, aquisição esta que foi feita no município de Amapá.¹⁵ No total, João Roberto comprou 20.870,7 hectares. No dia 27 de junho, isto é, oito dias após ter comprado o último lote, João Roberto Gomes Bragança promoveu, no Cartório de Amapá, a reunificação de todos os terrenos. No entanto, os pouco mais de vinte mil hectares apareceram misteriosamente como 65.793,3 hectares (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2001a). O processo de reunificação justificava-se pela “contiguidade” que o novo posseiro dizia existir entre as posses. No entanto, os lotes não possuíam contiguidade: a Fazenda Santa Bárbara ficava mais ao norte, não possuindo qualquer ligação contínua com as demais fazendas. Assim se deu o processo que culminou na formação da Fazenda Itapoã, imóvel que abrangia boa parte das terras localizadas à margem esquerda da BR-156 no município de Amapá, tendo por limites norte e sul dois rios: Amapá Grande e Breu,

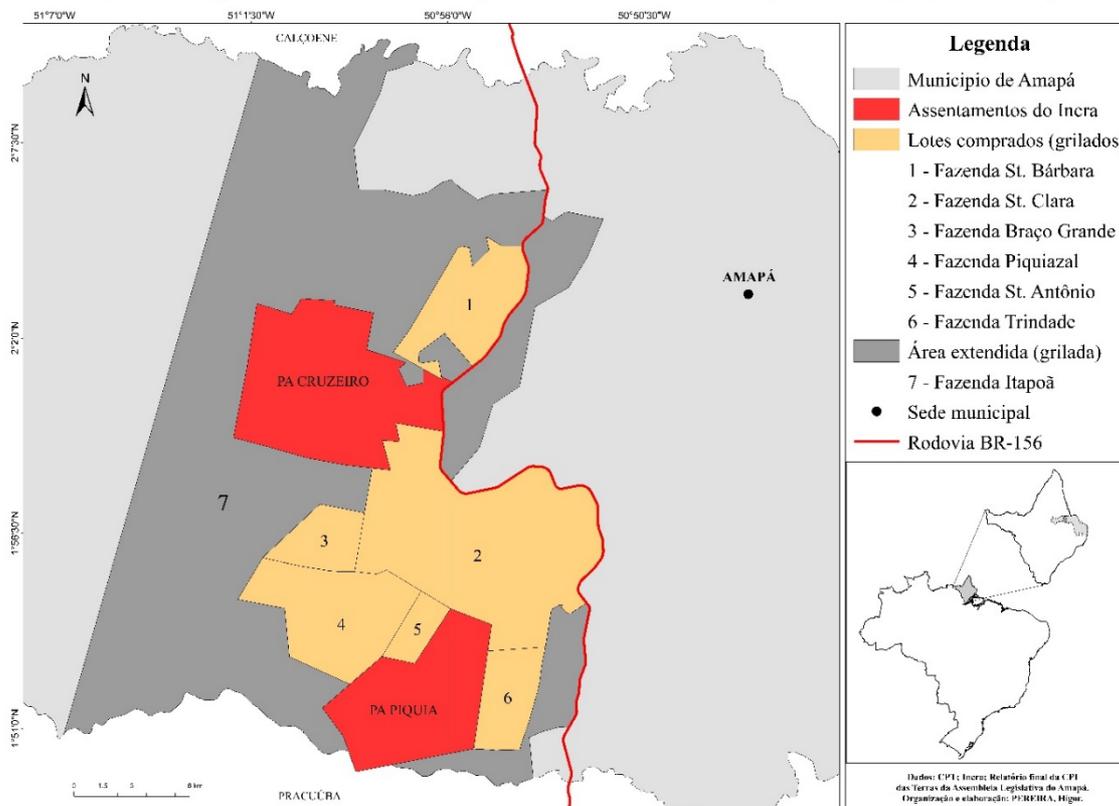
¹³ O massacre da família Magave, ocorrido no dia 04 de fevereiro de 1994, é a ocorrência mais emblemática de violência no campo amapaense. No caso, cinco camponeses de uma mesma família, residentes de uma fazenda do município de Amapá, foram brutal e covardemente assassinados por quatro pistoleiros a mando de um fazendeiro da região. O massacre teve grande repercussão nacional e causou pavor nos camponeses do interior do estado.

¹⁴ Essas e outras questões correlatas foram analisadas em Pereira (2018).

¹⁵ Os imóveis são: Santa Maria I, II e III, Amparo, Piquiazal, Santo Antônio, Trindade, Braço Grande, Pluma, Santa Bárbara e Espírito Santo. Alguns desses imóveis foram unificados formando a Fazenda Santa Clara.

respectivamente. Além disso, esse latifúndio, de quase 66 mil hectares, estava sobreposto a duas comunidades camponesas inteiras: Piquiá e Cruzeiro, conforme mapa a seguir.

Mapa - Grilagem de terras realizada pela Chamflora no município de Amapá (1995-1996)



Fonte dos dados: CPT; Incra; Relatório Final da CPI das Terras da Assembleia Legislativa do Amapá. Organização e elaboração: PEREIRA, Higor.

No dia 18 de julho de 1995, a Fazenda Itapoã, agora já contendo os mais de 65 mil hectares, foi vendida para a Empreendimentos Agrícolas Mogi Guaçu. Essa transação custou R\$ 5.921.400,00, muito mais do que os R\$ 1.400,00 de capital social que essa empresa dizia possuir no seu contrato social, como mencionado anteriormente. Muito mais, também, do que os quase R\$ 1 milhão que João Roberto gastou na compra dos imóveis. De posse dessa documentação fraudulenta, fruto da manobra cartorial feita por João Roberto Gomes Bragança e a partir da atuação de novos “testas de ferro”, a empresa passou a “negociar” com os posseiros que viviam nas duas comunidades acima mencionadas.

“Ali nasci, ali vivi”: a luta pela terra na Fazenda Itapoã

Aliando-se a setores hegemônicos da sociedade amapaense (tais como autoridades governamentais e representantes da mídia), a Champion construía garantias de que, independente da variabilidade de circunstâncias, contaria com o apoio de agentes decisivos, responsáveis por delinear opiniões de outrem. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando o jornal *Folha do Amapá*, responsável por propagar as ideias do governador e de seu partido,

demonstrou-se simpático ao projeto da empresa. Foi, também, o que aconteceu com o prefeito do município de Amapá, como veremos mais à frente. Essas alianças tinham o papel de pavimentar o caminho para as ações da multinacional no estado. O discurso (ou a ideologia, nos termos de Raymond Williams) de desenvolvimento e progresso tornava-se, a partir de então, hegemônico, capaz de influenciar a opinião pública e convencê-la de que a empresa traria um impacto positivo para uma região tão desassistida. Por meio dessa retórica e apresentando um projeto de grandes proporções que prometia ser capaz de aumentar consideravelmente a receita dos municípios, a Champion procurava gerar um amplo consenso em torno de seus planos. Isto, entretanto, não coibiu a existência de movimentos contra hegemônicos que atuaram em espaços como a mídia ou mesmo, e principalmente, no território camponês.¹⁶

No dia 27 de setembro de 1995, quando do evento promovido pelo Fórum da Sociedade Civil Organizada do Estado do Amapá,¹⁷ “Florestamento e desenvolvimento sustentável”, um camponês chamado R. N. P. da Silva pôde denunciar, na presença de todos, inclusive do então governador João Alberto Capiberibe (PSB), algumas das estratégias utilizadas pela Champion para fazer com que os posseiros das comunidades deixassem suas terras em troca de indenizações muito abaixo do valor de mercado. Em seu relato, ele afirmou:

[...] eles disseram que nossos vizinhos todos já tinham vendido; todos os nossos vizinhos estavam negociados e citaram o nome do senhor ex-prefeito Belísio Dias Ramos, citaram o nome do nosso vizinho lateral que é O. Costa e outros e outros vizinhos, outras pessoas que eu conheço desde criança, porque ali nasci, ali vivi (SILVA, 1995).

R.N.P. da Silva não apenas recusou negociar com o responsável pela compra das terras, como procurou descobrir se de fato as afirmações deste eram verdadeiras. Ao procurar seus vizinhos obteve as respostas: “Outro disse: eu não vendi. Todas as pessoas que nós procuramos disseram que não tinham vendido. Começou a mentira”. Dirigiu-se, então, às autoridades locais: falou com o prefeito (que disse não poder fazer nada), com a diretora executiva do Instituto de Terras do Amapá (Terrap), acionou o Ministério Público, falou com o promotor e com o juiz da Comarca do município e enviou fax para o superintendente do Incra.

Um dos “testas de ferro”, que andavam por aquelas bandas negociando individualmente com os camponeses – muito provavelmente para barganhar valores bem abaixo do que de fato valiam as terras –, tratava-se do senhor Leônidas Bertozzi Filho, sócio da empresa Itapoã Agropecuária e Florestal Ltda., antiga proprietária de alguns dos lotes que foram posteriormente comprados por João Roberto Gomes Bragança. Atuou, inclusive, como o procurador que, em

¹⁶ As apropriações aqui feitas dos conceitos de ideologia, hegemonia e contra hegemonia são tributárias das interpretações que Raymond Williams (1979, p. 111-117) fez desses conceitos gramscianos.

¹⁷ A atuação desse Fórum foi importantíssima para que o projeto da Champion Papers fosse arquivado em julho de 1996. Composto por pastorais sociais, centrais sindicais, associações de bairro, partidos políticos, movimentos estudantis e outros, o Fórum tinha à frente a Comissão Pastoral da Terra (PEREIRA, 2018, p. 96).

nome deste último, acertou a venda da Fazenda Itapoã para a empresa Empreendimentos Agrícolas Mogi Guaçu, conforme se lê na escritura pública de venda e compra assinada em 18 de julho de 1995 no Cartório de Registros e Tabelionato da Comarca de Amapá (ESCRITURA, 1995). Bertozzi, quando não atuava diretamente, mandava um subordinado, Wilson Miguel Scheleder Pawellina.

Noutro trecho do depoimento, R.N.P. da Silva manifestou outras preocupações:

Na quarta-feira, ele voltou em casa dizendo que eu era um rapaz muito inteligente e que eu não deveria ter falado com as autoridades, a conversa era para ser ali, entre nós, como estava sendo feito com nossos vizinhos. [...] Nós vimos como essa empresa chegou, sordidamente, mentindo, abusando da boa-fé dos amapaenses, se aproveitando da falta de conhecimento de preço de terra, se aproveitando da falta de conhecimento financeiro do nosso povo, dos meus amigos e nos fizeram uma proposta.

Por outras pessoas, R.N.P da Silva acabou descobrindo que estava atrapalhando os “negócios” da “firma”. Um amigo dele, ao encontrar com o “testa de ferro” em Amapá, teve o seguinte diálogo: “Como vai lá o negócio da compra da terra?” Ele disse: ‘la de vento em popa, mas apareceu um boca-rota lá do Breu que está estragando tudo’”. Percebendo que não dobraria R.N.P. facilmente, fez-lhe uma proposta: “Ele perguntou quanto eu queria para trabalhar com ele”. Não satisfeito com os “nãos” constantes e infeliz com a “agitação” que estava provocando na região, chegou a oferecer R\$ 80 mil pelo terreno às margens do Rio Breu, onde trabalhava a família de R.N.P havia mais de 100 anos (SILVA, 1995). O valor oferecido por esse terreno, entretanto, foi muito superior ao que era comumente proposto.

Em 25 de outubro de 1995, na cidade de Amapá, o padre Daniel Curnis, Pároco da Paróquia do Divino Espírito Santo de Amapá, tomou depoimentos de alguns dos camponeses que haviam vendido suas terras para a empresa. Os relatos hoje são encontrados transcritos no acervo da CPT em Macapá. Essa documentação representa, mais do que qualquer outra, a materialidade do conflito, e atesta as estratégias utilizadas pela Champion para desapossá-los. Fica patente também a dominação exercida pela empresa sobre aquelas comunidades: o “testa de ferro” era só um dos instrumentos. O conhecimento técnico e jurídico, por ele usado de maneira enviesada; o poder aquisitivo e a documentação fraudulenta da qual decorria o poder de barganha etc., colocavam os camponeses em uma clara posição de subordinação, impedindo-os de negociar com liberdade sobre seus próprios destinos.¹⁸

A pressão exercida pela empresa perpassava o conhecimento sobre as terras pretendidas, sobre as benfeitorias ali existentes e as condições em que se encontravam. Isso fica evidente, por exemplo, no depoimento de J.C de Souza, no qual se lê: “Ele falou pra mim da minha terra. Disse ‘olha J.C, a sua terra já estava quase caduca’. Digo ‘não doutor, não estava quase caduca, a terra [é] pra trabalhar. Podia estar caduca se não tivesse plantações [...], só que

¹⁸ As categorias *dominação* e *subordinação* são consideradas como partes da construção da *hegemonia*. Nesse sentido, para que a classe dominante exerça seu poder e influência é necessário controlar as classes subalternas (WILLIAMS, 1979, p. 112).

eu não tinha ido colocar serviço lá porque eu não tinha ainda condições”. J.C, que migrou para a cidade de Amapá com a família para que os filhos pudessem estudar, não sabia ler direito, como deixa claro no relato. A falta de estudo fez com que deixasse a terra para dar à sua prole a escolarização que não tivera. Entretanto, planejava voltar para lá junto com um dos filhos: iria reconstruir a casa que caíra, colocar roça e cuidar das árvores frutíferas que ainda estavam de pé (cajueiros, jaqueiras da Bahia, bananeiras, manguieiras, pés de cupuaçu e outras). Mas, o “testa de ferro” lhe disse que já havia comprado a sua terra de outra pessoa. Assustado, J.C perguntou: “quem foi que vendeu esta terra pro senhor? Apresentou algum documento?”. A resposta para a segunda questão foi negativa. Para a primeira reduziu-se apenas a descrição física de um tal “homem moreno, assim, [que] me procurou lá”. Fazendo-se de “bom moço”, o intermediador da Champion, Pawellina, fez-lhe uma proposta: “Nós vamos fazer um acordo. Tu nem fica bravo comigo, nem eu contigo. [...] Vou dar uma gratificação”. Ao ser perguntado quanto queria, J.C respondeu: “Doutor eu quero cinco’. Tava muito. Baixei pra quatro, também não. Baixei pra três; não. Ficou por dois” (SOUZA, 1995).

Os dois mil reais oferecidos a J.C contrastam com os oitenta mil oferecidos a R.N.P. da Silva. A diferença é que este último, além de resistir a qualquer proposta, não acreditava nas mentiras ditas pelo “testa de ferro”. Ao procurar informações descobriu as fraudes, as quais tratou de denunciar a outros camponeses e às autoridades políticas e judiciais do município. Assim sendo, a negociação “cara a cara”, individual e rápida, praticada pela empresa, ganhava um sentido muito nítido: evitava-se o contato entre os camponeses, nos quais esses contrastes em relação aos preços apareceriam facilmente.

Porém, não havendo a circulação de informações que fizessem com que esses camponeses resistissem às investidas da empresa, circulavam outras, que os amedrontavam. É o que relatou, por exemplo, A. Alves, camponês do Piquiá. Ele afirmou que chegaram notícias na sua casa de que, caso não procurassem Pawellina para oferecer a terra, a “firma” a iria “tomar”. Nas negociações, após ouvir como resposta “você está pensando muito longe” ao pedir vinte mil reais pelo terreno que media 500 metros de frente por mil de fundo, o intermediário da Champion, a fim de convencê-lo a vender por apenas quatro mil reais, lhe disse: “Eu não estou comprando as terras. A terra é da firma. Eu só estou dando uma indenização do tempo que vocês estão aí” (ALVES, 1995).

Essa mentira de que “a terra é da empresa” era a mais frequente, estando presente em todos os relatos. Ganhava corpo através da documentação fraudulenta da Fazenda Itapoã e até por um mapa que mostrava que as posses se encontravam dentro das áreas pertencentes à Champion. E foi com isso que o “testa de ferro” convenceu M.J dos Santos. Segundo ele: “Não adiantava não querer vender, que era pior. Tinha que sair de lá mesmo. Os terrenos disse que era deles. Mostraram os mapas lá [...] para convencer o pessoal a vender pra eles” (SANTOS, 1995a).

Para M.T. dos Santos (1995b), apesar de lhe ter dito que sua posse encontrava-se dentro das terras da empresa, Pawellina pagou R\$ 8 mil pelos seus 100ha. Assim que soube que andavam dizendo que as terras pertenciam a outro, foi procurar saber do que se tratava: “quando eu soube, [...] fui saber se estava dentro da área, pra me livrar de bronca, que eu tenho medo de bronca”. No relato há um evidente clima de medo: o que seria a “bronca” a qual se referira? Muito provavelmente tratava-se de uma influência do massacre da família Magave, ocorrido apenas um ano e oito meses antes.

Os relatos, em geral, como se pode perceber, seguiam a mesma linha narrativa. Primeiramente, ficavam sabendo da existência de uma empresa que estava comprando posses na região. Ao entrarem em contato com o “testa de ferro” descobriam que não eram os verdadeiros donos das próprias terras e, para não serem despejados sem qualquer perspectiva, ou ainda para não amargurarem o mesmo triste fim da família Magave, acabavam por ceder às investidas da empresa, vendendo as “benfeitorias” a preços irrisórios. Quando havia resistência, no entanto, a negociação passava para outros níveis. R. Corrêa, ao contrapor a versão de que a empresa era dona das terras, questionou: “E se a gente não quiser vender?” ao que teve como resposta: “Se vocês não quiserem vender, mais tarde vão se arrepender” (CORREA, 1995). Para M.C Costa (1995), as ameaças foram ainda mais claras: “‘Se não quiser sair, ninguém lhe obriga, mas quando viermos fazer o serviço, trabalhando, nós vamos jogando, derrubando casa com máquinas, a plantação, tudo. [...] Se tu não sair daqui, nós fecha o trânsito’. O rio seca no verão, aí não tenho saída”. A fim de dobrar os resistentes, como R. Corrêa, ocorreu uma reunião na sede da Prefeitura de Amapá, na qual se fizeram presentes cinco vereadores, o prefeito e o vice prefeito. Na ocasião, os políticos, totalmente comprometidos com a empresa, aconselharam os camponeses dizendo que vendessem as benfeitorias, pois as terras eram da Champion. O prefeito prometeu, ainda, dar a eles outras áreas como forma de compensação (CORREA, 1995).

Os impactos no modo de vida das comunidades afetadas por todas essas irregularidades podem ser presumidos pela análise quantitativa, a partir dos dados contidos no relatório produzido em parceria entre a Comissão Pastoral da Terra, órgãos governamentais e representantes dos próprios camponeses. Conforme o relatório, as coações praticadas por representantes da empresa afetaram diretamente um total de 403 pessoas em Amapá, dentre as quais 180 (44,7%) eram crianças e adolescentes de até no máximo 14 anos. Cerca de 60 famílias receberam não mais do que R\$ 4.500,00 pelas suas posses; 39% do total possuíam idade superior a 50 anos; 67,7% viviam no campo, enquanto os demais 33,3% viviam na cidade. Entretanto, 95,5% trabalhavam e/ou viviam dos produtos do campo. Entre 1995 e 1997, pelo fato dessa população estar impedida de abrir roçados, pode-se presumir que o impacto na economia e no abastecimento do município de Amapá, à época com pouco mais de oito mil habitantes, foi extremamente negativo (GALLAZZI, 2004). Os desapossados, obrigados a deixar suas terras, foram viver precariamente nas periferias das cidades de Macapá e Amapá.

No Piquiá, alguns dos camponeses atingidos haviam estabelecido suas posses na região na década de 1960, logo no início da existência da comunidade. A.N. Moraes, que tinha 69 anos em 1996, por exemplo, ali havia chegado no ano de 1962 e tinha sido pai de cinco filhos e, em seus 50ha, possuía uma casa, plantações de mandioca, milho, abacaxi, banana, laranja, limão, jaca, café, abacate, cupuaçu e até seis pés de seringueira. Aposentado, vivia em Amapá, mas mantinha um terreno no qual produzia junto com seus familiares, produção que ajudava a complementar sua renda. Outros, porém, viviam ali havia pouco tempo, como D. dos Santos, com 46 anos em 1996. Ele era pai de cinco filhos, dos quais três eram menores de 14 anos e diretamente dependentes dele e da esposa, M. dos Santos. A família havia entrado na posse de 50ha no ano de 1990, e ali possuía pastos com animais e algumas plantações, sobretudo de árvores frutíferas como limão e cupuaçu. Após a venda da terra, ficaram desempregados e passaram a viver na periferia de Amapá (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1996).

A maior parte das posses no Piquiá, cerca de 45%, era constituída por pequenos terrenos de 50 hectares. Uma outra parte, cerca de 10%, possuía 75 hectares. Apenas 10% dos terrenos atingiam 150 hectares e os demais 35% eram constituídos por 100 hectares. As benfeitorias, como ficou evidente no parágrafo anterior, podiam possuir grande variedade de gêneros que eram comercializadas na feira da cidade. No mês de fevereiro de 1996, já dentro do grave problema decorrente da parada de produção dessas famílias, a tabela de preços da feira do produtor rural de Amapá informava que itens como o abacaxi eram vendidos por até no máximo um real a unidade, dependendo do tamanho do fruto. O cupuaçu grande valia dois reais e oitenta centavos, enquanto que uma dúzia de bananas era vendida por apenas dois reais. Já a farinha de mandioca, desde idos da década de 1960 o principal produto advindo dos roçados do Piquiá, era vendida por sessenta centavos o litro (TABELA, 1996).

A empresa, aproveitando-se de fragilidades como a baixa escolaridade e a falta de um suporte sindical, facilmente conseguira convencer vários camponeses de que era dona de suas terras. O modo de vida tranquilo e pacífico existente no Piquiá e nas comunidades do entorno, onde a riqueza era medida pelo suor derramado no chão, fruto de décadas de trabalho de gerações, foi brutalmente destruído a partir de mentiras. O campesinato, economicamente estável, com seus roçados e suas casas de madeira nas beiras dos igarapés, perdeu a esperança de continuar na terra que lhe garantia a sobrevivência e a fartura. A. Rodrigues (1995) afirmou: “O que eu tinha lá, [nem] por 50 mil reais eu não vendia. Não senhor! Não pegava, peguei obrigado. Obrigado porque sei que contra a força não há resistência. Pobre que nem nós, nós não tem valor”.

A derrocada do “Projeto Amapá”: palavras finais

A tristeza do relato de A. Rodrigues revela a impotência diante da violência da fronteira. No entanto, a união entre os camponeses desapossados e outros agentes, sobretudo a Comissão Pastoral da Terra, da qual emergiram fortes denúncias contra a empresa, foi

fundamental para que os primeiros conseguissem retornar à terra que lhes pertencia, sobretudo após o “Projeto Amapá” ter sido arquivado.

Em novembro de 1995, uma comitiva de políticos e membros da mídia amapaense foi levada a Mogi Guaçu, a convite da Champion Papers para visitar as suas instalações naquela cidade.¹⁹ Nesse momento, opositores do projeto que participaram dessa visita mudaram de opinião. O jornal *Folha do Amapá* do dia 25 daquele mês apontava a mudança de discurso dos parlamentares amapaenses da Assembleia Legislativa, afirmando que voltaram de lá como garotos propaganda da Champion, “com bonezinhos e tudo o mais”. O periódico destacou ainda, no mesmo texto, uma entusiasmada frase do deputado Manoel Brasil: “O projeto da Champion é uma honra para o Amapá” (MUDANÇAS, 1995). O *Jornal do Dia*, que antes havia feito oposição ao projeto, na edição de 21 de novembro daquele ano publicou um texto de quatro páginas enaltecendo a empresa, ressaltando que seriam gerados milhares de empregos e tributos ao estado e municípios (AMAPAENSES, 1995). Apesar disso, as denúncias vindas do interior exigiram medidas urgentes por parte do governo do estado. Este sofria com as pressões de movimentos como o Fórum das Entidades da Sociedade Civil Organizada que, no dia 14 de novembro daquele ano, formalizou a denúncia pública ao próprio governador sobre os problemas com as terras. No dia 28 do mesmo mês, por meio do decreto estadual Nº 3229/95, Capiberibe instaurou uma Comissão Especial de Investigação (CEI), responsável por averiguar essas denúncias.

Nos meses que seguiram, a CEI promoveu, juntamente com a CPT, uma ampla investigação em torno das irregularidades denunciadas ao governo estadual. Apesar disso, em abril de 1996, houve a divulgação do EIA/RIMA do projeto, no qual a empresa já dizia ter adquirido um total de 249 mil hectares em oito municípios do estado: Amapá, Tartarugalzinho, Calçoene, Ferreira Gomes, Pracuúba, Macapá, Cutias e Porto Grande, mas que havia a expectativa da compra de mais 40 mil hectares nos meses que se seguiriam (STCP ENGENHARIA, 1996, p. 2.5). Logo em seguida, o Fórum passou a analisar o documento, cujo resultado apareceu no primeiro número do informativo *A voz do Fórum*. O texto afirmava que faltou uma postura isenta por parte da STCP Engenharia, empresa responsável pela produção do relatório, pois os documentos não possuíam imparcialidade, já que os dados apresentados no EIA/RIMA eram os mesmos dos projetos da Chamflora divulgados no ano anterior, ou seja, “copiaram e colaram” o que interessava à multinacional. Além disso, os impactos do cultivo do eucalipto não eram apresentados de maneira consistente, levando a crer que seriam mínimos. O Fórum deu parecer negativo ao documento, solicitando que a sociedade amapaense pressionasse a empresa e os órgãos governamentais exigindo que um novo fosse feito por outra empresa que usasse de imparcialidade (EIA/RIMA, 1996).

¹⁹ Uma segunda viagem com uma comitiva amapaense ocorreu em abril de 1996.

No dia 28 de junho de 1996, após seis meses de minuciosa investigação, a CEI do governo apresentou o relatório final das atividades. Foram analisadas documentações cartoriais e de órgãos como o Incra, além de terem sido feitas visitas aos camponeses desapossados, nas quais foram ouvidas suas versões sobre o que ocorrera. No documento, constava a seguinte conclusão:

A presente comissão conclui que há indícios suficientemente convincentes de que houve irregularidades e ilegalidades no processo de aquisição de terras pelo grupo Champion, merecendo das autoridades providências enérgicas – e urgentes – no sentido de se apurar responsabilidades, sobretudo em relação a apropriação indevida de terras públicas da União (COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO, 1996).

Com isso, no mês de julho vieram os golpes fatais: já no dia 02, em reunião entre a CPT, a Comissão Especial de Investigação e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), os resultados do relatório foram oficialmente apresentados e a Sema deu à empresa o prazo de 15 dias para dar as devidas explicações. No dia 04, a CPT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) entraram com uma representação contra a Champion no Ministério Público Federal. No dia 19, após a empresa não responder ao pedido de explicações da Sema, o governador João Alberto Capiberibe decidiu suspender oficialmente o licenciamento do projeto e encaminhar aos órgãos competentes o relatório da CEI, para que as devidas providências fossem tomadas. Por fim, sem ter mais como prosseguir, no dia 25 de julho de 1996, onze meses após a divulgação do *Projeto de Florestamento*, a Champion entrou com o pedido de arquivamento do “Projeto Amapá” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2001b).

O arquivamento do projeto, por si só, não resolveu os problemas trazidos pela sua malfadada tentativa de implantação, sobretudo porque, no mesmo dia em que entrou com o pedido de arquivamento do “Projeto Amapá” na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), a Champion reuniu a imprensa para anunciar que havia comprado 100% das ações da empresa Amapá Florestal e Celulose S.A. (Amcel) (NAFES, 1996). Não havia o interesse direto em devolver as terras compradas irregularmente durante 1995 e 1996. O primeiro passo, portanto, era fazer com que a multinacional admitisse as irregularidades cometidas, o que não parecia tarefa fácil. No início de julho, logo após a apresentação do relatório da Comissão Especial de Investigação, Adalberto Plínio, presidente da Chamflora Amapá Agroflorestal, concedeu entrevista ao *Jornal da Cidade*, na qual afirmou que todo o processo de compra da Fazenda Itapoã se dera de forma legal. A versão dele que foi ali veiculada dizia que as terras haviam sido invadidas por posseiros e que, o antigo proprietário (Bertozzi), havia negociado com eles para que saíssem antes da entrega do imóvel oficialmente para a empresa (CHAMPION, 1996).

Após o arquivamento do projeto (que se deu oficialmente no dia 05 de agosto de 1996), a Comissão Especial de Investigação foi reinstaurada com a finalidade de averiguar mais profundamente as irregularidades cometidas. No entanto, apenas em novembro daquele ano a Champion disponibilizou toda a sua documentação fundiária, na qual a CPT junto à CEI se

debruçaram a partir de então. Já em dezembro apareceram os primeiros resultados: havia a certeza de que ao menos 133.000 hectares, cerca de 48% de todas as terras, haviam sido adquiridos por meio de grilagem. No fim das investigações, a CPT produziu um dossiê minucioso. Em sete volumes, o documento trazia a análise de cada imóvel individualmente, evidenciando todas as violações cometidas em relação a diversas legislações (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2001b).²⁰

No dia 11 de julho de 1997, após o profundo estudo sobre a situação dos posseiros da Fazenda Itapoã, a CPT, junto a representantes dos camponeses e contando com o apoio de entidades como a OAB e a CUT, fizera uma primeira proposta de indenização: somando os danos e prejuízos causados, a empresa teria que desembolsar um total de R\$ 4.295.150,00. No entanto, as negociações prosseguiram. No 14 de outubro de 1997, a Champion fez sua contra proposta: venderia aos camponeses suas antigas posses pelo simbólico valor de R\$ 1,00 e, além disso, implantaria um programa de “fomento” de plantio de eucalipto nas áreas devolvidas (GALLAZZI, 2004). Percebe-se que, ainda que tivesse que devolver as terras, a empresa pretendia utilizá-las para o plantio, usando como mão de obra os próprios camponeses. Essa proposta, no entanto, foi recusada: após diversas reuniões entre representantes das comunidades, a CPT e funcionários da Champion, um novo e definitivo acordo foi assinado no dia 23 de dezembro de 1997, nos seguintes termos:

1. A Chamflora vai devolver aos agricultores os mesmos terrenos em que estavam antes da compra da Fazenda Itapoã.
2. A Chamflora vai fazer a escritura pública, compatível com a que ela possui, dos mesmos terrenos e vai arcar com as despesas que se fizerem necessárias para tal.
3. A Chamflora garante o livre acesso dos agricultores que precisarem transitarem por suas propriedades para chegar até seus terrenos.
4. Fica garantido aos agricultores o direito de caçar e pescar em seus terrenos conforme a lei.
5. A Chamflora coloca à disposição a quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para investimentos nos terrenos dos agricultores.
6. Estes recursos não serão repassados em dinheiro vivo mas em insumos, material de infra-estrutura e outros gêneros após solicitação assinada pelos representantes dos agricultores. A Chamflora fará a aquisição e garantirá o transporte dos mesmos.
7. Os agricultores, ao aceitarem estes termos, se comprometem a considerar solucionadas todas as pendências com a empresa, nada mais tendo a reclamar.
8. Eventuais problemas que surgirem entre os agricultores serão solucionados por eles mesmos, sem qualquer responsabilidade da empresa (GALLAZZI, 2004).

Durante o ano de 1998, os camponeses fizeram listas contendo os bens, materiais e produtos que seriam pagos com os R\$ 300.000,00 que a empresa prometeu disponibilizar. Eram, em grande parte, materiais de construção e ferramentas de trabalho, que seriam utilizados para

²⁰ Essa documentação foi utilizada, em 2004, nas investigações da CPI das Terras da Assembleia Legislativa do Amapá.

a reconstrução das moradias e a retomada da produção agrícola, com a qual se mantinham antes do conflito. Mas, também havia outros tipos de pedidos, como bicicletas, fardos de alimentos e até mesmo computadores. A luta em torno do vívido desejo de retornar à terra, no fim, surtiu um efeito positivo. Mesmo que parecesse que a empresa já havia conseguido estabelecer sua dominação sobre aquela região, a resistência, tanto no âmbito do território camponês, quanto em espaços outros como na imprensa, garantiu aquela grande vitória, derrubando-se uma hegemonia que se traduzia no discurso de desenvolvimento e progresso. Para os camponeses do Piquiá, vitoriosos, era a volta para a mesma terra com a qual se relacionavam já havia muito tempo. Mas, também eram tempos novos. Nada jamais seria como antes. Aqueles camponeses hoje estão “vacinados”: houve uma mudança na consciência; sabem bem quais são os seus direitos sobre aquele chão e o valor da organização para fazer frente às investidas do capital.

Fontes

- ALVES, A. [out. de 1995]. Entrevistador: Padre Daniel Curnis, Pároco da Paróquia de Amapá. Amapá, AP, 25 out. 1995 [CPT. Dossiê Chamflora, Champion, Amcel, International Paper, Vol. 1, encaminhamentos 1995. Arquivo CPT/AP, cx. 08, CH 24].
- AMAPAENSES visitam fábrica da Champion. **Jornal do Dia**, Macapá, AP, 21 nov. 1995 [Disponível em CEDOC D. Tomás Balduino. Arquivo AP19-21-27].
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAPÁ. **Relatório Final da CPI das terras**. Macapá: ALAP, out. 2004.
- CHAMFLORA AMAPÁ AGROFLORESTAL. **Projeto de Florestamento** (Amapá). Macapá: Chamflora, ago. 1995a.
- CHAMFLORA AMAPÁ AGROFLORESTAL. **Projeto Industrial**. Macapá: Chamflora, dez. 1995b.
- CHAMPION. **Jornal da Cidade**. Macapá, AP, 03 jul. 1996 [Disponível em CEDOC D. Tomás Balduino. Arquivo AP-22-44].
- COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO. **Projeto Chamflora: Relatório Final da investigação**. Macapá: GEA, 28 jun. 1996 [Disponível em CEDOC D. Tomás Balduino. Arquivos AP-19-22-48 a AP-19-22-60].
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Chamflora adquiriu terras públicas federais. *In*: CPT/AP. **Dossiê Chamflora, Champion, Amcel, International Papers, vol.07**: Fazenda Itapoã, questão fundiária. Macapá: CPT/AP, 2001a [Disponível em Arquivo CPT/AP, cx. 08, CH-48].
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caso Champion, Chamflora, International Papers: histórico**. Macapá: CPT/AP, 2001b [Disponível em CEDOC D. Tomás Balduino. Arquivos AP-19-23-01 a AP-19-23-21].
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Champion: estudo da situação dos posseiros 1995-1996**. Macapá: CPT/AP, 1996 [Disponível em Arquivo CPT/AP. cx. 08, CH 50].
- CORRÊA, R. [out. de 1995]. Entrevistador: Padre Daniel Curnis, Pároco da Paróquia de Amapá. Amapá, AP, 25 out. 1995 [CPT. Dossiê Chamflora, Champion, Amcel, International Paper, Vol. 1, encaminhamentos 1995. Arquivo CPT/AP, cx. 08, CH 24].
- COSTA, M.C. [out. de 1995]. Entrevistador: Padre Daniel Curnis, Pároco da Paróquia de Amapá. Amapá, AP, 25 out. 1995 [CPT. Dossiê Chamflora, Champion, Amcel, International Paper, Vol. 1, encaminhamentos 1995. Arquivo CPT/AP, cx. 08, CH 24].
- EIA/RIMA da Champion apresenta falhas graves. **A voz do fórum**, Macapá, AP, N°01, abr. 1996 [Disponível em CEDOC D. Tomás Balduino. Arquivos AP-19-21-1 a AP-19-21-4].
- ESCRITURA Pública de venda e compra de bens imóveis. Cartório de registros públicos e tabelionato da Comarca de Amapá. Tabelião: Geraldo Evangelista Ramos. Livro 15, fls. 16/24, 18 jul. 1995 [Disponível em Arquivo CPT/AP. cx. 04, CH 24]
- GALLAZZI, Sandro. Dossiê A situação fundiária da International Papers. *In*: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAPÁ. **Relatório Final da CPI das terras**. Macapá: ALAP, out. 2004, p. 28-40.

- GONSALVES, Marco Antônio. Sessão na Assembleia melhora debate sobre a Champion [Política]. **Folha do Amapá**, Macapá. Ano 5, nº89, de 09 a 15 set. de 1995.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Programa de Desenvolvimento sustentável**. Macapá: GEA, ago. 1995.
- LIMA, Leonor Nogueira [71] e LIMA, Miguel Oliveira de [83]. Entrevistador: Higor Pereira [abr. 2018]. Agrovila do PA Piquiá, Amapá, AP, 22 abr. 2018.
- MARTINS, Elson. Megaprojeto da Champion assusta ambientalistas. **Folha do Amapá**, Macapá. Ano 5, nº87, de 19 a 25 de ago. 1995.
- MUDANÇAS. **Folha do Amapá**, Macapá, AP, 25 nov. 1995 [Disponível em CEDOC D. Tomás Balduino. Arquivo AP19-21-23].
- NAFES, Seles. Champion confirma a compra da Amcel. **Jornal do Dia**, 26 jul.1996 [Disponível em CEDOC D. Tomás Balduino. Arquivo AP19-22-12]
- RODRIGUES, A. [out. de 1995]. Entrevistador: Padre Daniel Curnis, Pároco da Paróquia de Amapá. Amapá, AP, 25 out. 1995 [CPT. Dossiê Chamflora, Champion, Amcel, International Paper, Vol. 1, encaminhamentos 1995. Arquivo CPT/AP, cx. 08, CH 24].
- SANTOS, M.J. [out. de 1995a]. Entrevistador: Padre Daniel Curnis, Pároco da Paróquia de Amapá. Amapá, AP, 25 out. 1995a [CPT. Dossiê Chamflora, Champion, Amcel, International Paper, Vol. 1, encaminhamentos 1995. Arquivo CPT/AP, cx. 08, CH 24].
- SANTOS, M.T. [out. de 1995b]. Entrevistador: Padre Daniel Curnis, Pároco da Paróquia de Amapá. Amapá, AP, 25 out. 1995b [CPT. Dossiê Chamflora, Champion, Amcel, International Paper, Vol. 1, encaminhamentos 1995. Arquivo CPT/AP, cx. 08, CH 24].
- SILVA, R.N.P. da [out. de 1995]. Depoimento gravado durante o debate Florestamento e desenvolvimento sustentável do Fórum das Entidades da Sociedade Civil do Estado do Amapá. Macapá, AP, 27 set. 1995 [Disponível em CEDOC D. Tomás Balduino. Arquivos AP19-21-46 a AP19-21-48].
- SOUZA, J.C. [out. de 1995]. Entrevistador: Padre Daniel Curnis, Pároco da Paróquia de Amapá. Amapá, AP, 25 out. 1995 [CPT. Dossiê Chamflora, Champion, Amcel, International Paper, Vol. 1, encaminhamentos 1995. Arquivo CPT/AP, cx. 08, CH 24].
- STCP ENGENHARIA. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental dos projetos industrial e de florestamento no Amapá**. Curitiba: STCP Engenharia de Projetos, abr. 1996.
- TABELA de preços praticados na feira do produtor rural de Amapá, [fev. de 1996]. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Champion: estudo da situação dos posseiros**. 1995-1996. Macapá: CPT/AP, 1996 [Disponível em Arquivo CPT/AP. cx. 08, CH 50].

Referências bibliográficas

- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10^a ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.
- CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e barbárie**: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio. Tese (doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- IANNI, Octavio. **A luta pela terra**: História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LIMA, Ricardo Ângelo de, PORTO, Jadson Rebelo. Ordenamento territorial amapaense; dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira amazônica. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/100.htm>
- LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). Belém: Paka-Tatu, 2019.
- MARTINS, José de Souza. Camponeses e índios na renovação da orientação pastoral da Igreja. In: MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**: lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- NUNES, Elke. **O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o Território do Amapá, de 1960 a 1975**. Macapá: Edunifap, 2014.

- PAZ, Adalberto. **Os mineiros da floresta**: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.
- PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.
- PEREIRA, Higor. Entre a cruz e a enxada: a CPT e a luta pela terra no Amapá (1979-1996). *In*: LOBATO, Sidney (org.). **Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional**. Rio Branco: Nepan, 2018, p. 83-105.
- PINTO, Lúcio Flávio. **Jari**: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig. São Paulo: Marco Zero, 1986.
- RAIOL, Osvaldino. **A utopia da terra na fronteira da Amazônia**: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá. Macapá: O Dia, 1992.
- SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **“Varadouros da liberdade”**: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasiléia-Acre. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

Artigo recebido em 28/05/2020 e
aprovado para publicação em 01/07/2020